

Aprovada na 837ª Sessão

ALADI/CR/Ata 832
14 de maio de 2003
Horas: 10h20m às 11h15m

ATA DA 832ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia
 2. Assuntos em Pauta
 3. Consideração das atas correspondentes às 830ª e 831ª Sessões.
 4. Designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho.
 5. Organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALADI/SEC/di 1125.2 e ALADI/SEC/dt 455).
 6. Outros assuntos.
 - Visita do Presidente da República Argentina, Senhor Eduardo Duhalde.
-

Preside:

ARMANDO LOAIZA MARIACA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro e Maria Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Oscar Quina Truffa (Chile), Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Julio Prado Espinosa (Equador), Jesús Puente Leyva e César Manuel Remis Santos (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja, Nancy Doria de Guggiani e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Julio Giambruno e Miguel Pereira (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela), Pavel Zenkovich (Rússia), Arnaldo Chibbaro (IICA), e José Fiusa Lima (OMS/OPS).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE. Bom dia. Damos início à 832ª Sessão, Ordinária, do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Temos à vista a Ordem do Dia desta Sessão e eu pediria que definíssemos se a aprovamos tal como está ou se há alguma sugestão para modificá-la.

Damos, então, por aprovada a Ordem do Dia.

2. Assuntos em Pauta

Passamos ao ponto 2, relativo aos assuntos em pauta para nossa consideração. O documento, em anexo, revisão 1, indica-nos os diferentes assuntos que devem ser considerados, e passo a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Como o senhor disse, os Assuntos em Pauta estão no documento que foi publicado e entregue às Representações Permanentes oportunamente e faz parte da presente ata.

“1. Representação Permanente da Bolívia. Nota REPBOL-ALADI-016/2003 de 22.IV.2003

Remete texto original do Acordo de Alcance Parcial no âmbito da ALADI para o fornecimento de gás natural da República da Bolívia à República do Paraguai, em

cumprimento de seu Artigo VII. Comunica, ainda, que foram cumpridos os procedimentos legais pela Lei nº 1616 de 17.II.1995.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1525.1.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota nº 66 de 5.V.2003

Comunica vigência da Ata de Retificação do Acordo de Complementação Econômica nº 53, assinado entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1524.1.

3. Representação Permanente do México. Nota nº 78 de 2.V.2003

Comunica a vigência do Acordo de Complementação Econômica nº 53 e de seu Segundo Protocolo Adicional.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1598.1.

4. Programa das Nações Unidas (PNUD). Nota nº URU-1176/03-ORG 130/5.

A senhora Katiça Cekalovic solicita sua acreditação, na qualidade de Oficial encarregada do PNUD no Uruguai, como Observadora junto ao Comitê de Representantes.

5. Convites recebidos

O Ministro das Relações Exteriores do Peru, a pedido do Presidente da República, Alejandro Toledo, convida o Secretário-Geral para a XVII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países integrantes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política - Grupo do Rio, que se realizará na cidade de Cusco, nos dias 23 e 24 de maio próximo.

6. Realização do VIII Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALADI/SEC/dt 455)”

Gostaria de destacar nesta ocasião, em primeiro lugar, a nota enviada pela Representação Permanente da Bolívia, remetendo o texto original do Acordo de Alcance Parcial que tem como objeto o fornecimento de gás natural desse país para a República do Paraguai. Esse Acordo foi publicado no documento ALADI/CR/di 1525.1.

Por outro lado, senhor Presidente, a nota do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pela qual comunica que a senhora Katiça Cekalovic é acreditada como Oficial encarregada desse Escritório aqui em Montevideu e, portanto, exercerá as funções de Observador junto ao Comitê até que assumo o novo Representante dessa Agência das Nações Unidas, que também, por sua vez, exerce as funções de Coordenador das Agências das Nações Unidas com sede em Montevideu, Uruguai.

Por outro lado, senhor Presidente, estamos colocando em circulação nesta ocasião os documentos de execução do Orçamento por Programa da Associação para o ano 2002, a execução do Orçamento por Programa da Associação para o ano 2003, período janeiro – março deste ano, e o relatório sobre a situação orçamentária e financeira da Associação em

31 de dezembro de 2002. Os três documentos serão enviados aos diferentes Grupos de Trabalho, sendo os dois primeiros ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Programa de Atividades e o último à Comissão de Orçamento.

Finalmente, senhor Presidente, recebemos um convite do senhor Ministro das Relações Exteriores do Peru, a pedido do Excelentíssimo Senhor Presidente da República desse país, Alejandro Toledo, para participar da Décima Sétima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países integrantes do Grupo do Rio, que terá lugar na cidade de Cusco, nos dias 23 e 24 deste mês.

Isso é tudo, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço ao senhor Secretário-Geral pela valiosa informação e passo a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Carlos Vallejo Martell). Obrigado, senhor Presidente.

Solicitei a palavra, porque a Representação do Peru considera muito importante destacar o convite de nosso Ministro das Relações Exteriores, senhor Allan Wagner Tizón, para que o senhor Secretário-Geral participe da Reunião Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio, que terá lugar, como mencionado, nos próximos 23 e 24, na cidade de Cusco, assim como o anterior para participar da Ministerial, que se realizou em Trujillo de 24 a 25 de abril último.

Como foi ressaltado anteriormente, a participação da Associação inscreve-se no objetivo de propiciar a necessária e estreita vinculação institucional entre a ALADI e o foro latino-americano de consulta e concertação política por excelência, que é o Grupo do Rio; por isso minha Delegação estima que esta vinculação deve continuar a fim de permitir o necessário fortalecimento do Organismo e do processo de integração regional.

Agora, devido à transcendência do conteúdo da nota-convite, vou permitir-me ler:

“Ao Excelentíssimo
Senhor Juan Francisco Rojas
Secretário-Geral
Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

Senhor Secretário,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, por solicitação expressa do Presidente da República, Senhor Alejandro Toledo, a fim de convidá-lo para participar da XVII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países integrantes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política - Grupo do Rio, que se realizará na cidade de Cusco nos dias 23 e 24 de maio próximo.

Como é do seu conhecimento, os países integrantes do Grupo do Rio estamos convocados a demonstrar, uma vez mais, nossa vocação de consolidar esse foro como o mecanismo de consulta e concertação política por excelência da região. Confio que teremos em Cusco a melhor oportunidade para fazê-lo, por meio do tratamento que demos a alguns dos assuntos transcendentais que reclamam nossa atenção prioritária. Os assuntos da agenda a tratar estarão centrados em afiançar a governabilidade democrática, a qual se converteu em um desafio que devemos abordar tanto da perspectiva do projeto

de mecanismos financeiros inovadores destinados a apoiá-la, quanto do exame do papel dos partidos políticos no fortalecimento da institucionalidade democrática.

O Peru, a cargo da Secretaria *Pro Tempore* durante o ano de 2003, em nome dos integrantes do Grupo do Rio, sentir-se-ia honrado de contar com a presença e as importantes contribuições de Vossa Excelência, confiando que os assuntos que discutiremos na Cúpula de Cusco hão de ser também de vital interesse para a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração.

Aproveito a oportunidade para reiterar os sentimentos de minha maior consideração e apreço.

Um abraço,

assinado: Allan Wagner Tizón

Ministro das Relações Exteriores do Peru”

Gostaria de destacar este convite pela transcendência de seu conteúdo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Peru.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigada, senhor Presidente.

Eu gostaria de chamar a atenção para o ponto 4 dos Assuntos em Pauta; parece-me que seria ideal manter sempre um contato fluido com todos os escritórios de organismos internacionais acreditados no Uruguai.

Neste caso específico trata-se do PNUD no Uruguai; eu gostaria de ver qual era o costume anterior, mas entendo que se a senhora Cekalovic está simplesmente encarregada provisoriamente até que venha o titular, parece-me que seria o caso de, sendo o Comitê o órgão político da ALADI, que receba o titular e não o encarregado, que é interino, entendo eu. Mas estou aberto às considerações dos demais países.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, senhor Presidente. O novo Representante Residente das Nações Unidas estará aqui em Montevideu em um prazo de no máximo dois meses. Então, tenho a impressão de que esta acreditação de Observador transitório é um pouco uma formalidade exclusivamente até que chegue o Representante Residente, oportunidade em que, pensamos nós, seria mais oportuno fazer a recepção formal do novo Representante.

Além disso, nas comunicações que tivemos com a senhora Cekalovic, ela manifestou seu interesse de cobrir esta vaga por uns dias até que chegue o novo Representante Residente, oportunidade em que, pensamos nós, seria protocolarmente mais conveniente, então sim, fazer a recepção correspondente. Não existe nenhum antecedente neste sentido. Penso, ademais, que esta acreditação foi um pouco apressada pelo próprio ato que se realizará amanhã, em que vamos receber o Presidente Duhalde. Mas não há nenhum antecedente e não haveria nenhum inconveniente se o Comitê decidisse receber a senhora

Cekalovic, a convidaríamos a assistir e, se não, esperamos o novo Representante Residente que é a idéia que nós pensamos, até com ela mesma. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Não sei se há outra opinião neste sentido, uma vez que escutamos o Secretário-Geral.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González). Obrigada, senhor Presidente. Considero que realmente não haveria nenhum inconveniente, posto que a Representante é Observadora e imagino que, visto que vem um Residente, é para preparar-lhe um ambiente, pelo que eu consideraria que não há problema em que se aceite que ela venha como Observadora. Obrigada.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Embaixador do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Para expressar o mesmo, não creio que haja nenhum inconveniente em que, de maneira transitória, se ocupe de observar e de, como se acaba de dizer, preparar o terreno para a chegada do titular.

PRESIDENTE. Passo a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado. Eu não quero fazer disto um problema, mas simplesmente chamar a atenção, parece-me bom que venha a encarregada e que tome posse, como nos cabe a todos quando falta o titular. Mas eu pensei que isso se referia ao fato de que a Encarregada tomaria a palavra aqui no Comitê, era isso o que eu pensava, não que tome seu assento, como lhe corresponde, não por encarregada, mas como Representante do PNUD. Obrigado.

PRESIDENTE. Creio que ficou suficientemente claro que a titularidade da Representação caberá ao Representante Residente do PNUD no Uruguai, quando chegar, e que enquanto isso, a título de substituta, tomaria a posição de Observadora a encarregada, neste momento, do Escritório das Nações Unidas no Uruguai, o que não encontra oposição formal de nenhuma Representação. Obrigado.

3. Consideração das atas correspondentes às 830ª e 831ª Sessões

Passaríamos ao terceiro ponto de nossa agenda, que é a consideração das atas correspondentes às 830ª e 831ª Sessões, as quais, se não houver observações, daríamos por aprovadas.

Não havendo objeções, as damos por aprovadas.

4. Designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho

Passemos ao quarto ponto de nossa agenda, que é a Designação do Presidente da Comissão de Orçamento e dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho, para o que ofereço a palavra para tratar desse assunto, que já havíamos adiantado numa sessão anterior.

Os senhores têm um documento em que se faz uma resenha bastante precisa de como ficariam integrados os Grupos de Trabalho e a Comissão de Orçamento depois das consultas efetuadas pela Secretaria e pelos membros deste Comitê.

Ofereço a palavra, de toda maneira, ao senhor Secretário-Geral, porque me parece útil.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Efetivamente, fizemos circular um *paper* interno, no qual estão resumidas as Presidências até 2002. De acordo com o que se conversou em uma reunião da Mesa, realizada na semana passada, e também considerando os resultados da última reunião do Comitê de Representantes, as mudanças que se fariam para este ano seriam que a Comissão de Orçamento seria presidida pelo Representante Permanente da Bolívia, o Grupo de Trabalho sobre o Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional seria agora coordenado pela Representação do Uruguai, e o Grupo de Trabalho sobre o tema de origem seria coordenado pela Delegação do Brasil, ficando os demais Grupos de Trabalho tal qual estavam no ano passado, isto é: o Grupo de Trabalho de Programa de Atividades da Associação, sob a coordenação da Argentina, o Grupo de Trabalho sobre os países de menor desenvolvimento, a Representação do Chile, o Grupo de Trabalho sobre comércio eletrônico, o Embaixador Héctor Casanueva, o Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos, Representação do Equador, o Grupo de Trabalho sobre participação empresarial, a Representação do México, o de Salvaguardas, a Representação de Cuba e, finalmente, o Grupo de Trabalho sobre o Acordo de Cooperação e Intercâmbio de Bens Culturais, a Representação Permanente do Peru. Isso é o que conversamos e que mais ou menos se havia acordado na Mesa, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço a informação que nos forneceu o senhor Secretário-Geral, segundo a qual, como os senhores podem apreciar, basicamente se havia chegado a um consenso de forma a constituir e definir a integração dos distintos Grupos de Trabalho e da Comissão de Orçamento, sobre o que naturalmente pode haver algumas observações ou comentários.

Ofereço a palavra à Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Nós gostaríamos de aprovar esta lista. Nós nos sentimos sumamente agradecidos às Representações que concordaram em assumir essas responsabilidades e fundamentalmente ao senhor, Presidente, que assumirá também a Presidência da Comissão de Orçamento, o que nos permitirá derivar este longo trabalho de nossa crise financeira diretamente a essa Comissão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador.

Alguma outra observação referente a este tema dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Orçamento? Se não houver, podemos dar por aprovada. Desculpe, tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, só um momento, seria possível, simplesmente para efeitos de anotação, dizer como ficaria ao final todo o quadro começando pelo Orçamento, que seria presidido pela Bolívia.

PRESIDENTE. É verdade, a Comissão de Orçamento ficaria a cargo da Bolívia, o Programa de Atividades, a cargo da Argentina, Acompanhamento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional, a cargo do Uruguai - no documento figura Brasil, Comércio Eletrônico, a cargo do Chile, Assuntos Jurídicos, a cargo de sua Representação, senhor Representante do Equador, Participação Empresarial, continuaria a cargo do México, Origem, a cargo do Brasil, Salvaguardas, a cargo de Cuba, Cooperação e

Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica, continuaria a cargo do Peru, e Países de Menor Desenvolvimento Relativo estaria a cargo do Chile.

Não havendo mais observações, podemos dar por aprovado este importante assunto.

Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Gostaria de mencionar brevemente que, para nossa Representação, sem dúvida é um compromisso muito importante assumir a Coordenação desses dois Grupos.

O Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico, como os senhores sabem, já teve inclusive uma recomendação dos peritos nacionais que se reuniram aqui e de alguns Embaixadores, para que este Grupo trate também de assuntos que vão além do comércio eletrônico, como de fato já foi o caso do Governo Digital, o caso do próximo Estudo a ser apresentado a este Comitê sobre a Brecha Digital na região, e outros assuntos que estão incluídos no programa de trabalho deste ano, que tem que ver com assuntos como solução de controvérsias ou relacionados com a elaboração de conteúdos. No entendimento disso, nós aceitamos, com muito interesse, esta ratificação que os senhores fizeram para que continuemos coordenando os trabalhos deste Grupo.

No caso do Grupo de Trabalho de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, além de, é claro, aceitar esta ratificação, eu gostaria de compartilhar com os senhores também uma certa sensação de tarefa incompleta, pelos propósitos que nos impusemos em seu momento, quanto às bases do plano de trabalho e, sobretudo, à Resolução 56 (XII), que permite a este Comitê para realizar dois tipos de estudos: de acompanhamento da situação de acesso dos PMDERs aos mercados regionais em função das preferências negociadas, e por outro lado, um estudo completo sobre as causas endógenas e exógenas que limitam ou dificultam o acesso dos países de menor desenvolvimento aos mercados dos países da ALADI.

Em ambos os casos, estamos ainda com uma tarefa pendente e, nesse sentido, eu gostaria de deixar claro ao Comitê que vamos tentar seguir adiante com esta idéia, uma vez que é um mandato político do Conselho, e pedir a compreensão das Delegações para dar um impulso a este trabalho que, acredito, fortalecerá o próprio Comitê, a ALADI e ao mesmo tempo nos permitirá cumprir cabalmente com o mandato, como disse, político que temos do Conselho de Ministros, do qual teremos que apresentar contas no próximo Conselho. Há algo avançado a esse respeito, mas creio que seria necessário dar um impulso adicional.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Chile. Tem a palavra o Embaixador do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Para concordar com o exposto pelo senhor Representante do Chile, vista a importância deste assunto, fundamentalmente para meu país, no qual a ALADI, por meio da Secretaria e especificamente de um programa realizado para meu país sobre a sociedade da informação e comércio eletrônico, que gerou toda uma expectativa e que deu resultados importantes em termos de uma série de trabalhos interdisciplinares, com base nos quais se está fazendo um projeto de lei sobre assinatura digital, além de estruturar o que tem que ver com Governo Digital em um programa também avançado no país.

Presidente, sabemos das dificuldades econômicas e orçamentais deste ano, mas nós damos importância e prioridade a este tema. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante.

Agradeço as palavras das Representações do Chile e do Paraguai. Do Chile por ratificar seu interesse neste assunto dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. A Secretaria, conforme o mandato ministerial, tem avançado muito o Estudo sobre acesso e sobre os obstáculos que dificultam o devido acesso dos produtos de países de menor desenvolvimento econômico relativo aos mercados intra-aladi e este Estudo em um prazo não superior a 30 dias estaria pronto para a consideração no seio deste Comitê e eventualmente, com as observações que se façam, poderia estar preparado para ser elevado à instância ministerial.

Feitas essas observações, continuamos.

5. Organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração (ALADI/SEC/di 1125.2 e ALADI/SEC/dt 455)

Temos a consideração o quinto ponto, relativo à organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração.

Este seminário, eu entendo, se realizaria nos dias 2 e 3 de outubro na cidade de Rosário, República Argentina. Temos um conjunto de assuntos jurídicos de integração muito importantes e, dentro do tema, teria sido feita uma hierarquização dos assuntos, e talvez a Secretaria possa apresentar-nos as informações.

Tem a palavra a senhora Pereira.

SECRETARIA (Magdalena Pereira). Obrigada, senhor Presidente.

Com relação à organização do Oitavo Seminário Internacional sobre a Dimensão Jurídica da Integração, a Secretaria elaborou o documento ALADI/SEC/dt 455, que contempla a organização e a agenda do mesmo.

A atividade consta do Orçamento por Programa da Associação, no Capítulo IX.5, e a fim de dar cumprimento ao mesmo, a Secretaria começou os contatos pertinentes no início deste ano.

Em virtude da celebração de um Acordo de Cooperação com o CIDAM, que é o Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Docência e Assistência Técnica sobre o MERCOSUL, que está radicado na Universidade Nacional de Rosário, Argentina, é que se iniciaram os contatos para a realização do Seminário Jurídico nessa Universidade.

Assim é que se enviou a proposta formal e recebeu-se a aceitação oficial daquela Instituição e, como dizia o senhor Presidente, prevê-se a realização do Seminário para os dias 2 e 3 de outubro na Universidade Nacional de Rosário.

No que se refere ao tema do Seminário, é correto também mencionar que, quando da realização do Sétimo Seminário, o Comitê de Representantes manifestou o interesse de que os temas fossem reduzidos a um ou dois, justamente para permitir uma análise mais profunda dos mesmos.

Neste sentido, o co-organizador CIDAM manifestou o interesse de que houvesse um único tema central e que este fosse a solução de controvérsias, por sua importância, nesse momento, nos processos de integração.

Particularmente, manifestaram o interesse de que o tema fosse “A jurisdição e a solução de controvérsias na cooperação econômica multilateral e na integração regional”, ou seja, abarcando todos os processos de integração, e, nesse sentido, a Secretaria enviou a todas as Representações a nota ALADI/SG 192, de 21 de abril, comunicando não apenas esses aspectos organizacionais, mas também essa proposta temática do CIDAM e se o Comitê de Representantes não tiver nenhuma observação a respeito do tema, continuaríamos a organização do evento neste sentido.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço a senhora representante da Secretaria. Para a consideração do tema, passo a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, senhor Presidente.

Como esse é um tema que se insere na Coordenação do Grupo de Trabalho que cabe ao Equador coordenar, se bem o novo Representante Permanente chegue hoje e assumirá nos próximos dias a Representação, eu me atreveria a concordar totalmente com o que nos explicou a Secretaria-Geral.

E também concordar plenamente que esse é um dos pontos nevrálgicos importantes que devem ser elucidados toda vez, que no Grupo de Trabalho se está examinando o Espaço de Livre-Comércio, e que concordamos todos que esse é um dos temas que merece especial ênfase e creio que, particularmente, o título que se adotou estudar neste caso, contribuirá nesse sentido. Obrigado.

PRESIDENTE. Passo a palavra para a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, a nota que nos foi entregue menciona que o tema, como ouvimos, seria, em particular, a jurisdição e a solução de controvérsias na cooperação econômica multilateral e na integração regional. Posteriormente, fala-se que, em relação a esse tema, é necessário determinar, o mais rapidamente possível, a agenda.

Em relação a isso, senhor Presidente, eu faço notar que, nos sete seminários que se realizaram até agora, o único tema que foi reiteradamente tratado é esse, a solução de controvérsias. Eu suplicaria à Secretaria, e desde já isso antecipa, destaca e reitera a consideração de que este é um assunto relevante ou “o” assunto relevante, o que eu gostaria de ter é um pequeno memorando de uma página, não mais, que nos explique o que foi possível avançar em sete seminários nos quais se tratou deste tema para analisar a que poderíamos aspirar no que está por vir.

O tema é esse, está bem. Qual é o objetivo a que pretenderíamos chegar no seminário? E, antes de dar isso por aprovado, por favor, que nos informem quais são os avanços alcançados até agora no desenvolvimento do tratamento desse assunto, para saber de onde partimos, qual é a experiência acumulada até agora.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do México. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu queria, em primeiro lugar, reiterar a importância que nós atribuímos à realização dos Seminários Jurídicos da ALADI, não apenas pela oportunidade que oferece aos diversos participantes de intercâmbio de opiniões, mas também porque serve para divulgar o trabalho da ALADI na integração regional.

Nós insistimos sempre na necessidade de manter os seminários enfocados somente em um ou dois temas, estamos contentes de ver que foi proposto um tema que nos parece muito importante, sem prejuízo das informações que pediu o senhor Embaixador do México, que creio que também nos ajudarão a entender o quanto avançamos no assunto.

Eu queria apenas pedir que, como ocorreu, e especialmente neste caso, que realizamos um seminário que será fora da sede da ALADI, que depois, mais tarde a Secretaria nos apresente um pouco os termos de referência do seminário, como vamos tratar a questão dos participantes, como ocorreu nos seminários anteriores. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Brasil. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, senhor Presidente.

Não temos preocupação pelo tema, nem pela realização do seminário, que, aliás, consideramos um feito tê-lo reativado, depois de um trabalho muito meritório dos funcionários da parte jurídica da Secretaria, que sabemos que estiveram fazendo gestões em várias capitais para tratar de levar adiante o seminário, pelo que os felicitamos por ter conseguido concretizar seu objetivo, ou seja, encontrar um patrocinador para realizá-lo e que bom, afortunadamente, que foi na Argentina, perto daqui.

Queremos ratificar que consideramos muito importante o tema que se vai tratar, é um tema que, definitivamente, terá contribuições, parece-me que do ponto de vista de outras instâncias, sem menosprezar a importância dos Seminários da Dimensão Jurídica da Integração, que já se realizaram muitíssimos, é uma instância que só faz contribuir, recomendar, enriquecer o debate, mas recordar que não é uma instância que decide, nem que propõe, mas que nós consideramos para, definitivamente, crescer do ponto de vista acadêmico.

Reiteramos a transcendência do tema, eu inclusive consultei Cuba e demonstraram muito interesse. É muito provável que tenha participação cubana, e tal como expressava o Brasil, gostaríamos de conhecer os termos de referência e os aspectos que se referem concretamente à organização. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Sobre este tema, que também consideramos muito importante, e também nos alegamos que se realize como fruto deste convênio recentemente firmado, nesta política dinâmica que desenvolve a Secretaria de ir articulando um relacionamento acadêmico

também da ALADI com as Universidades da região, e que se realize, portanto, na Universidade de Rosário.

Eu gostaria de dizer três coisas: primeiro, concordar com o Embaixador do México quanto à necessidade de ter uma breve informação a respeito do avanço nesses seminários.

Segundo, quanto ao manifestado por meu colega de Cuba, eu gostaria de matizar, pelo menos da nossa posição, quanto ao entendimento de que esses seminários necessariamente, para que tenham um *plus* para a ALADI, não podem ser somente um exercício acadêmico, de alguma forma, eu creio, esses senhores têm que gerar recomendações, que logo as instâncias correspondentes determinarão se as aceitam ou não. Do contrário, creio que estaríamos em um exercício que não é exatamente o que a ALADI deveria realizar, e por isso eu também quero ver os termos de referência com relação a isso, de alguma maneira, o mesmo que aconteceu com os seminários-oficina que realizamos aqui sobre outros temas, em que se fazem recomendações que depois são aceitas ou não, mas que permitem, pelo menos, ter uma certa clareza do que, de nossas capitais, se está pensando em relação a esses temas e o que recomenda que a ALADI faça, como organismo ou foro. Estou seguro, ademais, que meu colega de Cuba tem um enfoque similar, creio que ao falar de acadêmico, estamos falando da mesma coisa, mas gostaria de precisar nesses termos.

Terceiro, é que me parece que o tema que se propõe, isto é, a solução de controvérsias, está bem, mas, depois, a jurisdição e a solução de controvérsias na cooperação econômica multilateral e na integração regional é um tema demasiado amplo, e, inclusive, creio que por razões práticas e por necessidade, eu diria que é importante vinculá-lo com o que estamos fazendo por mandato da Resolução 55 (XII), este tema deveria ser limitado, é a minha sugestão.

Limitá-lo, primeiro, ao que é a integração regional, não à cooperação econômica multilateral, eu não sei em que terreno nos estaríamos metendo nesse caso, estaríamos falando dos fluxos financeiros, do que acontece com o Banco Mundial, não sei. Creio que estaríamos entrando praticamente na análise de um tema de que os próprios organismos multilaterais não estão ainda tratando e, em troca, deveríamos aproveitar essa massa crítica que se produz com os delegados que vêm dos países para limitar o tema ao que eu sugeriria muito preliminarmente, por certo, até que vejamos os termos de referência, mas algo assim como que este grupo que se constituirá neste seminário para ver o tema da solução de controvérsias proponha ou discuta alternativas jurídicas para o estabelecimento de sistemas de solução de controvérsias na integração regional, em nossa integração regional, a partir do que existe, dos acordos bilaterais, dos sistemas criados na Comunidade Andina e recentemente em Olivos, pelo MERCOSUL, a partir das outras alternativas que não existem, mas em que se poderia pensar.

De outro modo, senhor Presidente, creio que vamos assistir a um exercício que não conecta com o momento que está vivendo a ALADI, depois da Resolução 55, à qual hemos dado tanta importância, ao ponto de estar funcionando este grupo técnico que, entre outras coisas, na sessão passada tratou deste tema. Essa é minha proposta, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Chile. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, senhor Presidente.

Não há dúvida de que é um dos temas-chave no processo de integração de que estamos tratando neste momento, entretanto, lamentavelmente eu careço dos fundamentos necessários para poder fazer uma análise profunda da elaboração de uma agenda deste tipo.

De toda forma, há alguns temas que preocupam há muito tempo os operadores e os agentes econômicos de meu país, que é a falta de mecanismos para que aqueles empresários e operadores econômicos ou pessoas que se sintam afetadas pelo não-cumprimento ou por distorções na aplicação de nossos Acordos, tenham a oportunidade de recorrer à justiça em nossos países.

Esse é um elemento-chave para o futuro e a segurança jurídica de nossos Acordos e acreditamos que, se bem não tenhamos os elementos necessários nem fundamentos para analisá-lo, sabemos que é um dos problemas críticos e gostaríamos que este seminário se comesse a dar pelo menos os elementos básicos desse tema. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Paraguai. Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, senhor Presidente.

Na realidade, eu queria fazer uma reflexão. Pela importância que tem o tema, eu não sei se os seminários deveriam apontar concretamente a formular recomendações concretas neste momento, digo pela etapa em que estamos vivendo. A realidade é que produzirá uma espécie de superposição de tempos.

De alguma maneira, temos que terminar de formular um trabalho vinculado com o cumprimento da instrução do Conselho, é o documento em que está trabalhando o Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes, ali se está analisando algum mecanismo de solução de controvérsias. Todo esse esforço estamos fazendo em um trabalho, buscando pontos de consenso.

Preocupa-me que depois de que tenhamos, mais ou menos, chegado a algum consenso para resolver esses temas, apareça um seminário que, no mínimo, nos dê “recomendações” que não tenham nada a ver com a solução a que pudemos chegar politicamente, pois os aspectos jurídicos, como todos sabemos, têm um grande componente político.

Porém, por outro lado, o que penso é o seguinte, a história nos demonstra que, muitas vezes, o caminho que não se pode realizar politicamente, os seminários ou grupos de trabalho que elaboram nesta matéria terminam fixando a posição que, ao final de um processo, é aceita pelo mundo, ou pelos Governos. Dou um exemplo, quando os países do Pacífico, através de diferentes grupos de trabalho, estudos, etc., estabeleceram um mar territorial de 200 milhas, parecia que era uma coisa inalcançável, que era uma pretensão utópica, e no entanto, hoje o Direito do Mar aceita essa hipótese. É uma realidade as 200 milhas de mar territorial.

Eu imagino os seminários desta natureza, mais que para que trabalhem um tema concreto em um momento concreto, como para que sejam capazes de lançar desafios para o futuro, ir estocando *banderillas*. Então, parece-me que não devemos limitar a “liberdade acadêmica”, para que digam coisas que até muitas vezes politicamente não nos encontramos em condições de dizer.

Eu não estou fazendo nenhuma recomendação concreta, estou é pensando com os colegas, o que é mais conveniente para a integração nesta matéria, e tenho a impressão de que deixar que os aspectos jurídicos de um tema tão importante como este possam ter propostas imaginativas, pelo menos novas, mas que não sejam obviamente recomendações, serão conclusões, serão propostas, pode ser um exercício útil.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Senhor Presidente, eu não quero aqui antecipar uma discussão sobre os termos de referência do seminário, que me parece muito claro que vamos necessitar falar deles em algum momento, quando a Secretaria nos apresente algo nessa linha.

Entretanto, eu diria que, do ponto de vista de nossa Delegação, por exemplo, um tema importante seria saber como vão articular-se os distintos sistemas de solução de controvérsias que existem no mundo, o da OMC, o do futuro ALCA, e dos sistemas regionais, sub-regionais, etc., parece-me que seria um tema interessante.

Também queria comentar a menção que nosso colega do Chile fez sobre a questão de recomendações, isso me preocupa um pouco. Eu acredito que sim, é muito útil que os seminários cheguem a conclusões, mas creio que não devem ser apresentadas como recomendações à ALADI ou ao Comitê, porque isso nos criaria uma espécie de instância decisória que não seria o mais útil, porém, sim, que os seminários busquem apresentar-nos algum tipo de conclusão que tenham um foco e que possamos, inclusive, chegado o exercício proposto pelo Embaixador do México, ter idéia de quanto se avançou neste tema na discussão acadêmica. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço ao senhor Representante do Brasil. Finalmente, tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Só para coincidir com meu colega do Brasil quanto a que falemos de conclusões, me parece bem, e que cada um tome como recomendações ou não. Depois decidiremos, e podemos trazer aqui ao Comitê, mas me parece boa a idéia essa de que os seminários tenham conclusões a partir de um exercício, como disse meu colega da Argentina, de elaboração livre sobre possibilidades, alternativas e idéias, mas estas não podem estar fora da realidade, porque senão estaríamos então... bem, nem sequer no foro grego se especulava dessa forma.

Neste caso há uma realidade concreta que é, por exemplo, uma coisa que mencionava meu colega do Brasil também, a necessidade da harmonização dos sistemas intra-regionalmente, temos um sistema na Comunidade Andina, temos um sistema do MERCOSUL, por outro lado se está falando de acelerar um entendimento para 31 de dezembro deste ano entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL, como vai-se produzir esse entendimento se ao mesmo tempo não existe uma convergência dos sistemas de solução de controvérsias, por exemplo, e para nosso país esse tema também é relevante, posto que nesse cenário interessa-nos saber sob que sistemas vamos operar com ambos os blocos.

De tal maneira que eu creio que estamos de acordo e me alegra a idéia de que limitemos um pouco este tema e não o levemos às esferas mais além do que aconselha o momento presente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Chile.

Eu creio que se gerou, e me alegro muito por isso, um debate muito interessante, foram expostas idéias valiosas que seguramente a Secretaria vai levar em conta, de forma a precisar, como se disse, os termos de referência, os objetivos, a natureza, que creio que é acadêmica, de um seminário, que por sua mesma característica, obviamente proporá ou poderá adiantar certas conclusões técnicas, neste caso no âmbito jurídico da solução de controvérsias, que é muito relevante, como vimos.

Com tempo, a Secretaria poderá apresentar-nos esta avaliação do que já foi considerado nestes temas, como a Representação do México sugeriu, uma avaliação dos eventos anteriores desta natureza sobre solução de controvérsias ou acertos de diferenças, no âmbito comercial que se têm realizado.

Então, eu felicito que se tenha gerado esse debate, este intercâmbio e creio que a Secretaria recolherá todos os elementos muito valiosos que foram trazidos aqui para precisar os objetivos e a natureza deste seminário em Rosário, e também com a informação precedente sobre o que se fez, o que se desenvolveu no passado nesses eventos.

Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, já que a Secretaria fica encarregada de encaminhar o projeto temático deste seminário, desejo insistir na observação que fez nosso amigo do Chile, no sentido de que tiremos isto de cooperação econômica multilateral e enfaticamente deixemos expresso como "A Jurisdição na Solução de Controvérsias e a Integração Regional".

PRESIDENTE. Tomamos nota de sua observação. Obrigado.

Passo a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González). Muito obrigada, senhor Presidente.

Na realidade o que quero é concordar com os colegas de mesa, parece-me que deixar o tema sobre a região somente e não sobre a economia multilateral. Também como dizia o Embaixador do Paraguai, começar pelos elementos básicos é muito importante, porque muitas vezes desses seminários participam pessoas que desconhecem o assunto, então, se o começa a discussão com gente muito erudita na matéria, não é o mesmo, e dar um espaço também ao final para as conclusões, para que participe o público e também fazer sugestões, pensando que virão representantes de outros países.

A outra coisa é que já pediram à Secretaria, creio que foi o Embaixador do México, uma agenda mais ou menos da matéria que se vai tratar aí. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado a Representante da Venezuela. A Secretaria também anotará suas observações.

6. Outros Assuntos

Estamos quase concluindo nossa tarefa desta manhã, passamos ao ponto Outros Assuntos. Alguma Representação tem algum assunto específico a apresentar?

Ao concluir, eu gostaria de recordar que, amanhã, quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, e a hora é muito importante, porque o Comitê tem que ser pontual, já que se realizará uma Sessão Extraordinária e Solene, como sabemos, para receber o senhor Presidente da República Argentina, Eduardo Duhalde. Então, peço-lhes que estejamos aqui pontualmente para receber personalidade tão eminente amanhã.

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, senhor Presidente. Com relação a este assunto, eu gostaria simplesmente de mencionar o seguinte: quando fizemos circular a convocatória correspondente, anexou-se uma folha com a ordem protocolar dos cumprimentos.

Eu rogaria aos senhores, encarecidamente, que nos ativéssemos à ordem que está estabelecida, já que na última ocasião em que recebemos uma visita tivemos queixas de alguns Representantes Permanentes com relação à ordem protocolar dos cumprimentos. Nós agora estabelecemos uma ordem de precedência, conforme a data de apresentação e incorporação ao Comitê de Representantes.

Além disso, rogo, por favor, que estejamos aqui às 10 horas e 30 minutos da manhã, de tal maneira que às 10 horas e 45 minutos, quando se apresente o senhor Presidente da República Argentina, possamos ter tudo organizado. Eu agradeceria muito sua cooperação nesse sentido, a fim de evitarmos inconvenientes de última hora.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

Não havendo nenhuma outra questão a considerar, damos por concluída esta Sessão. Agradeço-lhes muito. Bom dia.
